



**PLANO DIRETOR
DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
2025-2026**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2025-2026

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário-Executivo

Leonardo Osvaldo Barchini

Secretário-Executivo Adjunto

Rodolfo de Carvalho Cabral

Subsecretaria de Gestão Administrativa

Jussara Cardoso Silva Freitas

Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Atílio Emanuel de Sales Souza (*substituto*)

Diretoria de Compras e Contratações Centralizadas da Educação

Antonio Weverson Gomes dos Santos

Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores em Educação do MEC

Mariana Andriotti Fuzer

Comissão Gestora “MEC Sustentável”

Waleska Resende Gonçalves

Raphael Zerlottini dos Reis

Antonio Francisco de Souza

Mônica de Oliveira Lima

Ana Paula de Almeida Silva

Maria do Socorro Mendes

Leonardo Rolim Olímpio

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Projeto de Pesquisa: Apoio à implementação, Monitoramento e Avaliação
“MEC Sustentável”
Marcelo Tedoldi Machado
Guilherme Marques Fiorot

Revisão e Diagramação

Benny da Silva Leite
Daniel Rossano Serra Araujo Batista
Giulliana Diniz Pantuzzo
Guilherme do Nascimento Nunes
Jade Luísa Martins Barbalho

Data	Versão	Descrição
09/09/2025	1.0	Minuta gerada
30/09/2025	1.1	Versão preliminar consolidada
25/11/2025	1.2	Documento final elaborado
01/12/2025	1.3	Documento final revisado
15/12/2025	1.4	Documento final diagramado

Sumário

Apresentação	7
Introdução	8
1. Alinhamento Estratégico	9
2. Diretrizes Estratégicas.....	11
3. Metodologia de Elaboração	13
4. Metodologia de Aferição dos Custos Indiretos.....	14
4.1. Das aquisições de bens e materiais de logística e TIC	17
4.2. Das contratações dos serviços comuns de logística e TIC.....	18
4.3. Das contratações de serviços de engenharia e manutenção predial	19
4.3.1. Da modernização e adequação dos sistemas prediais – Ed. Anexos do Bloco L.....	19
4.4. Das contratações de capacitação e qualidade de vida	22
5. Plano de Ações e Metas por Eixo Temático	24
6. Implementação, Monitoramento e Avaliação	24
6.1. Vigência	24
6.2. Implementação	24
6.3. Monitoramento e Avaliação.....	25
6.4. Relatório de Avaliação e Desempenho	25
7. Conclusão	27
8. Anexo.....	28

Apresentação

Instituído pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, em regulamentação às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) configura-se como um instrumento de governança institucional voltado à integração de práticas sustentáveis nas contratações e operações logísticas dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, considerando as dimensões econômica, ambiental e social da gestão pública.

De acordo com a referida portaria, a elaboração e implementação do PLS, de caráter obrigatório para todos os entes da Administração Pública Federal, devem observar as orientações contidas no Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável, instituído pela Secretaria de Gestão e Inovação (Seges). Além disso, devem manter correlação com as diretrizes da Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e com o planejamento estratégico e o plano plurianual (PPA) de cada órgão ou entidade.

O PLS também deve nortear a elaboração do plano de contratações anual (PCA); dos estudos técnicos preliminares; dos anteprojetos; dos projetos básicos; e dos termos de referência que fundamentam as contratações públicas, garantindo coerência entre o planejamento estratégico e a execução administrativa.

Em consonância com essas diretrizes, o Ministério da Educação (MEC) instituiu, por meio da Portaria nº 302, de 7 de maio de 2025, a Comissão Gestora do PLS, responsável pela elaboração e implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável do MEC — *MEC Sustentável* —, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Compete à comissão, além da elaboração do plano, o acompanhamento das atividades e dos indicadores junto às unidades gestoras, bem como a avaliação contínua dos resultados, promovendo ajustes e revisões sempre que necessário, de forma a garantir a efetividade das ações.

A concepção do *MEC Sustentável* tomou como referência os eixos estratégicos e os documentos orientadores da SEGES/MGI, com o propósito de ampliar a eficiência no uso dos recursos públicos, otimizar a ocupação dos espaços físicos e estimular a adoção de soluções inovadoras, promovendo uma administração pública moderna, eficiente e ambientalmente responsável.

A vigência do *MEC Sustentável* será de 12 meses — de dezembro de 2025 a dezembro de 2026. Esse primeiro ciclo foi concebido para gerar resultados ágeis, mensuráveis e de alto impacto, favorecendo o engajamento das unidades do MEC e permitindo a realização de ajustes contínuos ao longo da execução. Essa escolha metodológica distingue o *MEC Sustentável* de outros planos de referência ao priorizar a demonstração prática de resultados em curto prazo, sem perder de vista a consolidação de uma cultura de sustentabilidade institucional como meta de longo prazo.

Introdução

O MEC possui uma trajetória histórica de destaque a serviço da educação brasileira. Desde sua criação, em 1930, o Ministério tem desempenhado um papel central na estruturação e condução das políticas educacionais, coordenando os esforços do governo federal e da sociedade em prol da construção contínua de um sistema educacional voltado à equidade, inclusão, diversidade e qualidade, em consonância com os ideais expressos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A pasta exerce função estratégica na organização do Sistema Nacional de Educação e na formulação de políticas públicas voltadas à garantia do direito social à educação para os brasileiros. Suas atribuições abrangem também organização, manutenção, desenvolvimento e supervisão de 116 entidades vinculadas, entre as quais se destacam as universidades federais e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

O Ministério possui atualmente um conjunto de unidades administrativas responsáveis pela execução de seus objetivos finalísticos e das atividades de gestão e suporte. No âmbito de gestão e suporte, a Secretaria-Executiva do MEC (SE/MEC) cumpre papel central ao atuar, por meio de suas subsecretarias — a Subsecretaria de Gestão Administrativa (SGA)¹; a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)²; e a Subsecretaria de Orçamento e Planejamento (SPO)³ —, como órgão setorial dos sistemas estruturadores do governo federal.

Os sistemas estruturadores⁴ da administração pública federal integram o modelo de governança pública e são apoiados por sistemas de informação que qualificam a tomada de decisão dos gestores. Compreendem um conjunto de processos, normas e atividades inter-relacionadas que organizam, padronizam e descentralizam o trabalho administrativo, atuando sob a coordenação de um órgão central: o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Partindo dos princípios de planejamento, integração e coordenação institucional, a incorporação de práticas de sustentabilidade no MEC ultrapassa o uso consciente de recursos. Reflete a capacidade do Ministério de articular eficiência, inovação e responsabilidade socioambiental na gestão pública. Nesse contexto, destaca-se a criação, em 2025, da Diretoria de Compras e Contratações Centralizadas da Educação, vinculada à SGA. A unidade tem por finalidade fortalecer a gestão estratégica e otimizar a aplicação dos recursos públicos por meio da centralização dos processos de compras de projetos estratégicos de educação, em articulação com suas entidades vinculadas, promovendo ganhos de escala, padronização e maior cooperação na gestão das contratações. Assim, mais do que atender a exigências legais, o *MEC Sustentável* expressa o compromisso institucional do ministério com a racionalização de recursos, a modernização da gestão e o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental. O plano visa contribuir, de forma integrada, para a eficiência administrativa e para o alcance dos ODS, posicionando o MEC como referência em inovação, sustentabilidade e governança pública.

¹ responde pela gestão do Sistema de Serviços Gerais (Sisg); do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec); do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga); e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg).

² responde pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp).

³ responde pelo Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (Siop); pelo Sistema de Administração Financeira Federal (Siafi); e pelo Sistema de Contabilidade Federal (SCF).

⁴ estrutura criada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que promoveu a reorganização da administração pública federal com base nos princípios do planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle.

1. Alinhamento Estratégico

O *MEC Sustentável* integra a estratégia institucional do MEC, atuando como instrumento de gestão administrativa e de fortalecimento da cultura de sustentabilidade. Sua elaboração está alinhada ao Plano Estratégico Institucional do Ministério (PEI/MEC 2024-2026), à EFD e aos ODS, assegurando que as práticas de logística e contratações sustentáveis contribuam de forma efetiva para o alcance das metas institucionais, nacionais e globais.

O PEI/MEC 2024-2026 estabelece, como missão da pasta, “coordenar a Política Nacional de Educação, em colaboração e articulação com os entes federados, em benefício da sociedade” e projeta, em sua visão de futuro, o “direito à educação garantido, com qualidade e equidade, contribuindo para a superação das desigualdades e o fortalecimento da democracia”. Nesse contexto, o *MEC Sustentável* reforça esses compromissos ao propor ações voltadas à eficiência no uso dos recursos, à redução de impactos ambientais e à promoção de ambientes de trabalho mais colaborativos, saudáveis e inovadores.

Figura 1 – Mapa estratégico MEC 2024-2027



Fonte: PEI/MEC 2023-2025

A relação entre o *MEC Sustentável* e o Mapa Estratégico do MEC (Figura 1) estabelece-se de forma transversal, abrangendo tanto os objetivos finalísticos quanto os de gestão e suporte, e se materializa nas seguintes ações:

- **fortalecer a gestão estratégica:** consolidar práticas de planejamento, monitoramento e avaliação que promovam a integração entre as áreas do MEC, favorecendo a articulação intersetorial e o foco no alcance dos objetivos institucionais;

- **potencializar processos e serviços por meio da transformação digital:** ampliar o uso de tecnologias digitais para garantir eficiência, segurança e transparência na gestão de processos, na disponibilização de informações e na oferta de serviços digitais de qualidade;
- **desenvolver e valorizar pessoas:** implementar ações de valorização e desenvolvimento contínuo dos servidores, com ênfase na capacitação, na inovação dos processos administrativos e na readequação de espaços e estruturas físicas, promovendo bem-estar, engajamento e satisfação no ambiente de trabalho.

Sob essa perspectiva, o *MEC Sustentável* 2025-2026 busca consolidar-se como uma iniciativa estratégica voltada à integração entre racionalização administrativa, eficiência logística e responsabilidade socioambiental, em consonância com o papel do Estado como indutor do desenvolvimento sustentável e promotor de uma governança pública orientada por resultado.

2. Diretrizes Estratégicas

As Diretrizes Estratégicas do *MEC Sustentável* 2025-2026 foram elaboradas com o intuito de integrar planejamento, contratações e execução logística às políticas e aos objetivos estratégicos institucionais, assegurando que as ações propostas contribuam efetivamente para o cumprimento da missão do Ministério e para o fortalecimento de uma cultura organizacional orientada pela sustentabilidade.

Com base nos eixos temáticos definidos pela Portaria Seges/ME nº 8.678, de 2021, as diretrizes estratégicas do *MEC Sustentável* foram estruturadas em nove eixos fundamentais, que deverão orientar as práticas de gestão sustentável no âmbito da pasta:

1. promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços;
2. gestão eficiente de resíduos gerados;
3. racionalização da ocupação de espaços físicos;
4. identificação de objetos de menor impacto ambiental;
5. fomento à inovação no mercado;
6. inclusão de negócios de impacto nas contratações públicas;
7. divulgação, conscientização e formação;
8. qualidade de vida no ambiente de trabalho; e
9. manutenção e preservação de áreas verdes.

O Quadro 1, a seguir, apresenta as Diretrizes Estratégicas (DE) do *MEC Sustentável* 2025-2026, que servirão de referência para as unidades administrativas na gestão das contratações e das operações logísticas, consolidando uma abordagem integrada, eficiente e ambientalmente responsável.

Quadro 1: Diretrizes Estratégicas do *MEC Sustentável* 2025-2026

Diretrizes Estratégicas	
DE 01	Promover contratações orientadas por critérios ambientais, fomentando a eficiência energética, a gestão de resíduos, a redução de emissões de gases de efeito estufa e o uso responsável de recursos.
DE 02	Adotar medidas de uso racional de bens e recursos, priorizando redução, reutilização, reciclagem e logística reversa estimulando o uso de tecnologias eficientes.
DE 03	Fortalecer o Programa Coleta Seletiva Cidadã e ampliar ações de gestão de resíduos sólidos.
DE 04	Planejar a ocupação dos espaços físicos com base em critérios de sustentabilidade ambiental, eficiência econômica e acessibilidade, assegurando que todas as dependências do MEC atendam às normas vigentes de acessibilidade e ergonomia.
DE 05	Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para administração.
DE 06	Prever, nas contratações e quando possível, margem de preferência para produtos e serviços nacionais que atendam normas técnicas brasileiras ou utilizem materiais recicláveis, reciclados ou biodegradáveis.
DE 07	Incentivar a inovação e a adoção de melhores práticas nas contratações sustentáveis.
DE 08	Facilitar o acesso às compras públicas para as médias, micro e pequenas empresas.
DE 09	Avaliar nos processos licitatórios, quando possível, a possibilidade de contratação de fornecedores que pratiquem critérios de responsabilidade social corporativa, de inclusão e apoio à diversidade, e de condições de gestão humanizada de seus colaboradores.

DE 10	Desenvolver campanhas educativas e ações de comunicação institucional sobre sustentabilidade e responsabilidade ambiental.
DE 11	Promover capacitações e programas de sensibilização orientados para sustentabilidade e respeito à diversidade, priorizando ações formativas para equipes envolvidas em contratações e gestão logística, assegurando boas práticas e atualização contínua.
DE 12	Promover ações voltadas à qualidade de vida e ao bem-estar no ambiente de trabalho, visando assegurar condições adequadas de saúde ocupacional.
DE 13	Incentivar práticas e hábitos saudáveis, como atividades físicas e integração em espaços de convivência sustentável.
DE 14	Promover a preservação, recuperação e ampliação das áreas verdes sob responsabilidade do MEC, respeitando aspectos ecológicos, estéticos e sociais.

3. Metodologia de Elaboração

A elaboração do *MEC Sustentável* seguiu metodologia estruturada com base nas diretrizes da Portaria Seges/MGI nº 5.376, de 14 de dezembro de 2023, que instituiu o modelo de referência para a implementação do PLS, conforme detalhado na Figura 2.

Figura 2 – Fases de elaboração do PLS



Fonte: Caderno de Logística (SegeS, 2023)

A fase de preparação teve início com a mobilização das unidades-chave, culminando na constituição da Comissão Gestora do *MEC Sustentável*. Em seguida, procedeu-se à coleta de dados quantitativos e qualitativos relativos à ocupação dos espaços físicos do MEC, ao consumo de bens e serviços e à análise dos processos de contratação realizados pelo ministério nos últimos dois anos (2024-2025). Esse levantamento permitiu identificar oportunidades de aprimoramento.

Para a obtenção das informações, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os representantes designados para compor a Comissão Gestora, assegurando uma abordagem participativa e colaborativa. Esse processo garantiu a inclusão de diferentes perspectivas institucionais, ampliando a legitimidade e a aplicabilidade das propostas formuladas.

Paralelamente, foi realizada uma análise comparativa de planos já implementados em outros órgãos públicos, de naturezas tanto semelhantes quanto distintas, o que possibilitou a incorporação de boas práticas e a adaptação de soluções bem-sucedidas à realidade e às demandas do MEC.

A segunda etapa, voltada à definição de indicadores, ações e metas, teve como ponto de partida a identificação de linhas de base confiáveis, de modo a permitir o acompanhamento sistemático dos resultados e a avaliação do desempenho ao longo do tempo. Essa abordagem reforça uma governança orientada por evidências, pautada na transparência, na mensurabilidade e na efetividade institucional.

A metodologia adotada buscou, portanto, integrar rigor normativo, análise técnica, participação institucional e alinhamento estratégico, assegurando que o *MEC Sustentável* reflita tanto as exigências legais vigentes quanto as especificidades e prioridades do MEC.

4. Metodologia de Aferição dos Custos Indiretos

O inciso II do art. 8º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 2021, determina que o PLS deve contemplar metodologia específica para a aferição dos custos indiretos relacionados ao ciclo de vida dos bens e serviços contratados. A definição de custos indiretos abrange todas as despesas que extrapolam o valor inicial de aquisição, como manutenção, depreciação, consumo de recursos naturais, destinação de resíduos e outros fatores objetivamente mensuráveis, conforme o §1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021.

No contexto do *MEC Sustentável*, essa exigência é interpretada de forma ampliada, buscando não apenas mensurar custos financeiros, mas também compreender os impactos sociais, ambientais e operacionais que acompanham a utilização e o descarte de bens e serviços ao longo do tempo. Para tanto, será adotado o conceito de custo total de posse (CTP) como instrumento de referência para estimar o valor global associado à aquisição e utilização de bens e serviços. Essa metodologia parte do entendimento de que a decisão de compra ou contratação mais vantajosa não se limita ao menor preço inicial, mas deve considerar todo o ciclo de vida do objeto, incluindo custos de operação, manutenção e descarte, bem como externalidades sociais e ambientais. O CTP é obtido pela soma do custo de aquisição (CA) e dos custos indiretos (CI), desdobrados nas seguintes categorias:

- **Custos de operação (CO):** referem-se aos gastos necessários ao uso contínuo do bem ou serviço, como consumo de energia e água, depreciação, licenças, taxas e mão de obra;
- **Custos de manutenção (CM):** englobam reparos, substituições, revisões técnicas e atualizações tecnológicas; e
- **Custos de descarte (CD):** envolvem o tratamento e a destinação de resíduos, o valor residual, o transporte e a mitigação de impactos ambientais.

A metodologia considera ainda uma dimensão adicional — custos socioambientais (CSA) — voltada à mensuração de impactos não financeiros, como práticas inclusivas, acessibilidade, redução de emissões e fomento a fornecedores sustentáveis. Essa abordagem amplia o alcance da análise, incorporando a vantajosidade total prevista na Lei nº 14.133, de 2021, e nas orientações da Portaria Seges/MGI nº 5.376, de 2023. Nesse contexto, a aplicação dessa metodologia no *MEC Sustentável* tem como objetivos:

1. aprimorar o processo decisório das contratações, por meio da análise integral de custo e desempenho esperados dos bens e serviços;
2. fortalecer o planejamento logístico e orçamentário, correlacionando o uso de insu-
mos com o custo efetivo de operação e manutenção;
3. atribuir maior transparência aos gastos públicos, permitindo a comparação de custos entre unidades e contratos; e

4. incorporar critérios de sustentabilidade, garantindo que as contratações considerem durabilidade, eficiência energética, inclusão social e responsabilidade ambiental.

A Comissão de Monitoramento e Avaliação do *MEC Sustentável*, a ser instituída após a publicação do plano, será responsável por acompanhar a implementação e a evolução da metodologia de aferição de custos indiretos. O acompanhamento seguirá três princípios orientadores:

- **uniformidade:** aplicação padronizada da metodologia em todas as unidades administrativas do MEC e, gradualmente, nas entidades vinculadas;
- **comparabilidade:** avaliação dos custos entre contratos e unidades, para identificar boas práticas e oportunidades de melhoria; e
- **evolução:** aperfeiçoamento progressivo da metodologia, incorporando avanços tecnológicos, indicadores de eficiência e parâmetros de sustentabilidade no MEC.

Diagnóstico

A Comissão Gestora do *MEC Sustentável*, com o apoio técnico da equipe do Projeto de Pesquisa do IFES, elaborou diagnóstico institucional com o objetivo de identificar o nível de maturidade institucional em relação às práticas de sustentabilidade, eficiência administrativa e responsabilidade socioambiental. O estudo subsidiou a formulação das ações e metas estabelecidas nesse plano e considerou os dois eixos nos quais estão estruturadas as aquisições e contratações no âmbito do ministério:

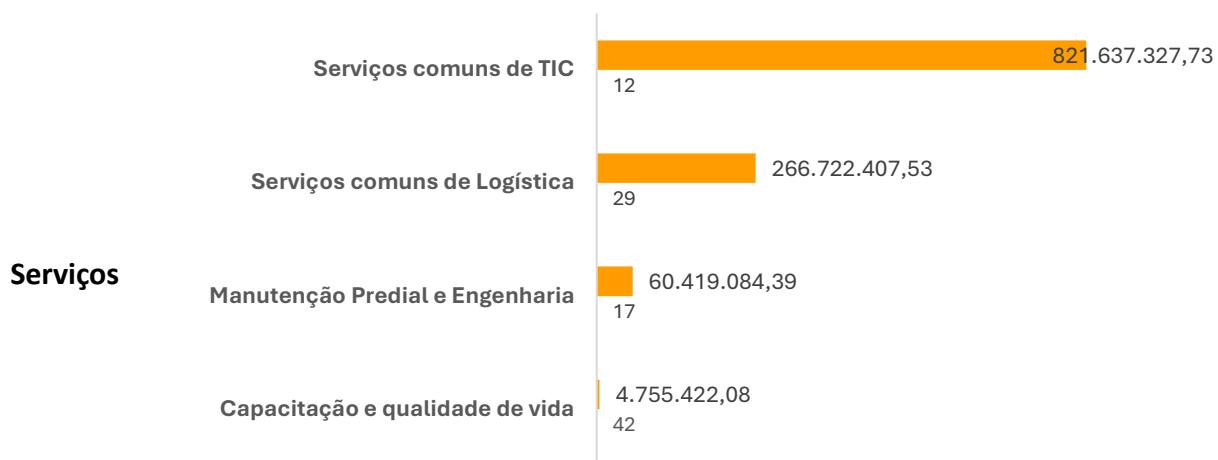
- **logística:** abrange os serviços administrativos e de apoio às atividades institucionais, incluindo mão de obra exclusiva, obras e serviços de engenharia, assegurando a gestão eficiente dos recursos materiais e da infraestrutura física; e
- **TIC:** compreende a infraestrutura tecnológica, os sistemas, os serviços digitais e as inovações voltadas ao suporte das atividades finalísticas e administrativas.

Nesse contexto, foram analisados os aspectos normativos dos instrumentos de contratação executados no período pela SGA e pela STIC, com foco na verificação da conformidade às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021. A análise também contemplou o PCA, que já incorpora ações voltadas à racionalização de recursos, à inclusão, à equidade, à inovação, à capacitação e à qualidade de vida no trabalho, bem como os indicadores de Sustentabilidade e Governança (iESGo/TCU), com destaque para os eixos de gestão ambiental, gestão de pessoas, tecnologia da informação e contratações públicas.

Do ponto de vista metodológico, e para fins de consolidação da análise, os dados foram organizados nas seguintes categorias:

1. **aquisição de bens**, subdividida em:
 - a) Logística;
 - b) TIC.

2. **contratação de serviços**, subdividida em:
 - a) Serviços comuns de logística;
 - b) Serviços comuns de TIC;
 - c) Engenharia e manutenção predial;
 - d) Capacitação e qualidade de vida.



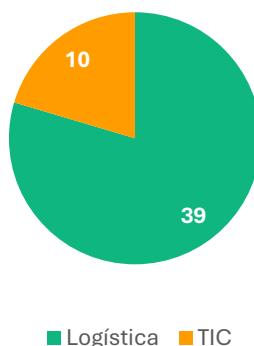
No período de 2024 a 2025, o valor total das contratações homologadas pela SGA e pela STIC alcançou R\$ 1.178.062.182,00. Desse montante, 69% correspondem às contratações de serviços comuns de TIC, 22% aos serviços comuns de logística e 8% aos serviços de manutenção predial e de engenharia. Por sua vez, as contratações voltadas a ações de capacitação e qualidade de vida somaram R\$ 4.755.422,08, demonstrando o compromisso institucional com o desenvolvimento humano e com a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No que se refere aos bens e materiais adquiridos, o total investido foi de R\$ 24.527.940,34, dos quais 64% correspondem a itens relacionados à área de logística e 35% a bens e serviços de TIC. Entre os 130 processos licitatórios executados no biênio, 70 foram realizados na modalidade pregão, representando 53% do total. As modalidades inexigibilidade e dispensa responderam por 33 e 23 processos, respectivamente (equivalentes a 43% do total), enquanto um processo foi conduzido na modalidade concorrência.

Destaca-se que todos os processos analisados adotaram o checklist do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, visando assegurar conformidade com critérios socioambientais e de inclusão, especialmente nas contratações que envolvem mão de obra exclusiva. Atualmente, dos 14 contratos vigentes dessa natureza, 12 atendem aos percentuais exigidos de inclusão.

A seguir, apresenta-se uma análise sintética das principais aquisições e contratações realizadas no período. Parte inferior do formulário

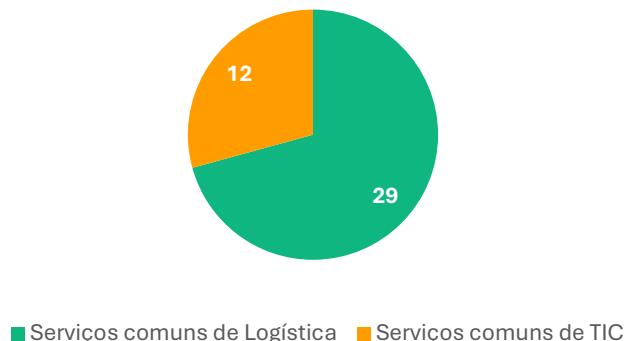
4.1. Das aquisições de bens e materiais de logística e TIC



No período de 2024 a 2025, foram executados 49 processos de aquisição de bens e materiais destinados às áreas de logística e de TIC, contemplando, entre outros itens, computadores, notebooks, insumos de copa e mobiliários corporativos. As principais aquisições realizadas e suas características associadas às ações de sustentabilidade incluem:

- **mobiliários corporativos:** as aquisições priorizaram critérios de ergonomia, acessibilidade e adequação ao ambiente de trabalho. A substituição dos mobiliários antigos possibilitou a doação de bens inservíveis por meio do Sistema de Doações do Governo Federal (doacoes.gov.br), contribuindo para o reaproveitamento e para a economia circular;
- **insumos de copa:** a contratação foi realizada exclusivamente junto a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em conformidade com as políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico local;
- **identificação por rádio frequência (RFID):** a aquisição desse sistema permitirá um controle mais eficiente e preciso dos bens patrimoniais;
- **sistema de controle integrado de vigilância eletrônica:** realizada na modalidade de locação, a contratação viabilizará a informatização e o aprimoramento da segurança das instalações prediais; e
- **equipamentos de TIC:** as aquisições contemplaram a exigência de certificações de eficiência energética, em alinhamento às diretrizes de sustentabilidade e ao uso racional dos recursos públicos.

4.2. Das contratações dos serviços comuns de logística e TIC



Entre 2024 e 2025, o MEC executou 41 processos de contratação voltados à prestação de serviços comuns de logística e de TIC. Essas contratações abrangeram, entre outros, serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, locação de veículos, comunicação institucional, organização de eventos e sustentação tecnológica, incluindo fornecimento e manutenção de hardware e software, hospedagem de sistemas, consultorias especializadas, computação em nuvem, internet das coisas (IoT) e segurança da informação. Entre as iniciativas com viés de sustentabilidade, destacam-se:

- a contratação de **serviços de tradução e interpretação em Libras**, destinados a atender a Diretoria de Surdos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), garantindo acessibilidade e inclusão comunicacional;
- a **digitalização do acervo arquivístico do MEC**, ação que possibilitou a preservação e guarda segura de documentos institucionais, além do descarte responsável daqueles que já cumpriram sua função administrativa, contribuindo para a redução do uso de papel e a otimização dos espaços físicos; e
- a observância das **diretrizes de inclusão social nas contratações de mão de obra exclusiva**, assegurando a reserva de vagas para pessoas com deficiência e para mulheres em situação de vulnerabilidade, conforme a legislação vigente e as políticas de promoção da equidade no serviço público.

4.3. Das contratações de serviços de engenharia e manutenção predial



No período de referência, o MEC formalizou 17 processos de contratação voltados à execução de serviços de manutenção predial e engenharia, abrangendo, entre outras ações, a conservação da infraestrutura física, o fornecimento de água e energia elétrica, a revitalização de ambientes e as adequações de acessibilidade nas edificações sob sua responsabilidade.

O investimento total nessas contratações alcançou R\$ 60.419.084,39, dos quais 68% correspondem aos serviços de vigilância patrimonial e de manutenção preditiva e corretiva das instalações, e 17% referem-se ao fornecimento de água e energia elétrica. Entre as práticas sustentáveis implementadas, destacam-se:

- a **revitalização das instalações físicas** do Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Educação (Cetremec) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), com o uso de materiais e equipamentos certificados com selo de eficiência energética, além da adequação às normas de acessibilidade e de segurança do trabalho;
- a **requalificação dos espaços de uso comum**, como o Túnel Histórico e o restaurante institucional, observando critérios de eficiência energética, acessibilidade e conforto ambiental;
- os estudos para a **adesão do edital do Procel** para a aquisição e instalação de usinas fotovoltaicas nos edifícios do Cetremec e do CNE, promovendo o uso de energia limpa e renovável;
- a **substituição do elevador para pessoas com deficiência (PCD)** no edifício-sede do MEC, garantindo maior acessibilidade e segurança; e
- a elaboração do projeto executivo de modernização dos sistemas prediais (elétrico, climatização e combate a incêndio) dos edifícios Anexo I e II, **com foco em eficiência operacional e sustentabilidade energética**.

4.3.1. Da modernização e adequação dos sistemas prediais – Ed. Anexos do Bloco L

Em 7 de abril de 2025, ocorreu um incêndio na torre de arrefecimento do sistema de ar-condicionado central, localizada no subsolo do Edifício Anexo do Bloco L. Dada a complexidade do ocorrido e os eventuais riscos associados, sobretudo pela necessidade de preservar a plena

segurança da população dos edifícios, foram contratadas empresas especializadas para a realização de inspeções e vistorias, com emissão de laudos técnicos preventivos referentes aos seguintes sistemas dos edifícios sede e anexos do Ministério: **a) sistema elétrico; b) sistema de climatização; e c) sistema de combate a incêndio.**

O detalhamento das condições estruturais dos edifícios sede e anexos indicou a necessidade de adoção, no curto prazo, de medidas voltadas à adaptação e adequação desses sistemas, a fim de evitar incidentes futuros. Em caráter emergencial, foram executadas medidas corretivas e paliativas, como a substituição de disjuntores, a retirada de cilindros de CO ociosos, a elaboração de protocolo de segurança com o acompanhamento de serviços por brigadistas, a instituição de Brigada Voluntária de Incêndio e a contratação de laudos complementares. Tais providências, embora necessárias, possuem caráter temporário e não eliminaram a necessidade de uma contratação estruturada para a adequação dos sistemas prediais das edificações.

Diante desse cenário, foi elaborado o projeto executivo visando à adequação dos referidos sistemas. Não obstante a necessidade de atuação em todo o complexo, as intervenções foram divididas em duas etapas:

1ª etapa: edifícios anexos, priorizada em razão de o incêndio ter ocorrido nessa edificação e pela localização da “Sala Cofre”, estrutura crítica para o funcionamento institucional;

2ª etapa: edifício-sede, cujo processo será iniciado após a finalização da licitação da primeira etapa.

As intervenções a serem executadas na primeira etapa abrangem:

- modernização da infraestrutura elétrica (quadros, disjuntores, cabos, SPDA e aterramento);
- a adequação do sistema de climatização (*chiller/hidrônico* e rede de automação associada);
- a instalação do sistema de detecção de fumaça, em conformidade com as normas do CBMDF;
- a adequação de estruturas de acessibilidade e impermeabilização;
- a implementação de sistemas de automação e gerenciamento predial (BMS), permitindo integração e monitoramento em tempo real.

Conforme especificado no estudo técnico preliminar (ETP) da contratação, vislumbra-se que as intervenções a serem executadas trarão benefícios diretos e indiretos para a administração, entre eles:

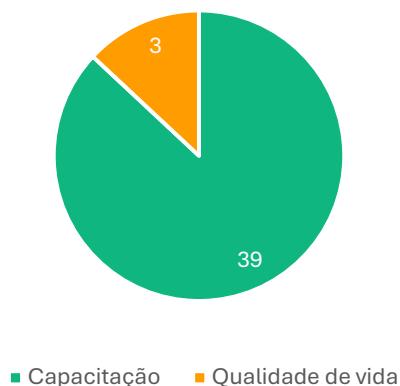
- o pleno funcionamento das instalações e dos sistemas prediais, assegurando a operação contínua das redes elétrica, de climatização e de segurança contra incêndio;
- o adequado dimensionamento e desempenho técnico dos sistemas, com intervenções que eliminem sobrecargas, riscos de falha e inadequações construtivas;

- a preservação do patrimônio tombado, garantindo que todas as intervenções respeitem as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mantendo o valor histórico e arquitetônico das edificações;
- maior conforto e segurança para servidores, colaboradores e visitantes, em ambientes adequados ao exercício das atividades administrativas e de atendimento ao público;
- modernização tecnológica e integração dos sistemas por automação predial, promovendo a coordenação eficiente entre climatização, elétrica e detecção de fumaça, reduzindo falhas operacionais, otimizando a manutenção preventiva e corretiva e garantindo a operação confiável de sistemas críticos;
- a seleção de materiais de baixo impacto ambiental, priorizando recicláveis, reutilizáveis ou de menor pegada de carbono;
- eficiência energética, com a adoção de tecnologias modernas e de baixo consumo, reduzindo em aproximadamente 40% o consumo atual.

Ainda conforme especificado no ETP e expressamente exigido no termo de referência, a execução dos serviços deverá observar, no mínimo, as seguintes exigências ambientais:

- a gestão adequada de resíduos da construção civil, em conformidade com a Resolução Conama nº 307/2002, incluindo triagem, reaproveitamento e destinação ambientalmente correta dos materiais; o descarte adequado de embalagens, peças, lâmpadas fluorescentes, óleos, filtros, baterias e aerossóis, conforme as Resoluções Conama nº 257/1999 e nº 450/2012;
- a adoção de práticas de logística reversa, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); o uso de materiais e equipamentos com eficiência energética comprovada, conforme critérios do Inmetro e classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), sempre que aplicável; o controle de emissão de ruídos, poeira e poluentes durante a realização das intervenções, observando normas da ABNT e a legislação ambiental vigente; e
- o planejamento de canteiro sustentável de obras, priorizando a redução de desperdícios, a reutilização de materiais e o manejo ambientalmente adequado de entulhos.

4.4. Das contratações de capacitação e qualidade de vida



No que concerne às contratações voltadas à capacitação e à promoção da qualidade de vida, o MEC formalizou, no período de referência, 42 processos licitatórios. Essas contratações integram as ações estratégicas de valorização dos trabalhadores e o fortalecimento da governança de pessoas.

No eixo da capacitação, destacam-se:

- a ampliação da **modalidade de educação a distância (EaD)**, em substituição gradual às formações exclusivamente presenciais, promovendo maior amplitude de participação, redução de deslocamentos, economia de recursos e menor impacto ambiental;
- a oferta de turmas de educação de jovens e adultos (EJA) e de cursinho para o Enem, em formato de projeto piloto, contribuindo diretamente para a **dimensão social da sustentabilidade**;
- a oferta de **turmas exclusivas de pós-graduação**, otimizando recursos financeiros e pedagógicos e favorecendo a formação colaborativa entre servidores; e
- a oferta de ações de capacitação por meio de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e parcerias institucionais, contemplando uma **maior diversidade de temáticas previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)**.

No eixo de qualidade de vida, sobressaem-se ações voltadas às dimensões da saúde e do bem-estar psicossocial, entre as quais estão:

- a instituição da Política e o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do MEC⁵, incluindo a definição de calendário anual de ações e iniciativas;
- a contratação da plataforma digital Wellhub, com a disponibilização de serviços de educação financeira, nutrição e saúde mental, além de atividades físicas presenciais, contribuindo para a prevenção de doenças ocupacionais e para a promoção de hábitos saudáveis;

⁵ Portaria MEC nº 780, de 18 de novembro de 2025.

- a realização da Corrida e Caminhada MEC 95 anos, celebração de quase um século de história dedicada à educação pública no Brasil, unindo saúde, bem-estar e reconhecimento institucional; e
- a realização de campanhas institucionais de conscientização e autocuidado, alinhadas ao calendário mundial de saúde, reforçando a cultura de prevenção, equilíbrio e qualidade de vida no ambiente de trabalho

Com base nas evidências levantadas durante o diagnóstico, observa-se que o MEC apresenta nível de maturidade intermediário em sustentabilidade institucional, com boas práticas já consolidadas em áreas específicas, como a política de qualidade de vida no trabalho, a gestão documental e a execução de projetos voltados à modernização predial e à eficiência energética e da implantação de energia solar.

Apesar desses avanços, persistem lacunas relevantes relacionadas à sistematização, integração e institucionalização de programas e iniciativas, necessárias para garantir resultados permanentes, mensuráveis e replicáveis. Destaca-se, desse modo, a necessidade de padronização efetiva de critérios sustentáveis nas contratações de maior impacto — medida que tende a ser suprida com a criação da Diretoria de Compras e Contratações Centralizadas da Educação, unidade responsável por reunir, em uma única estrutura, os processos de aquisição e contratações de logística e TIC e de projetos estratégicos de educação das entidades vinculadas ao ministério, promovendo maior racionalização, eficiência e controle de resultados.

A partir das informações analisadas, foi elaborado o Quadro 2, contendo uma síntese de lacunas e desafios, estruturado pelos nove eixos temáticos do *MEC Sustentável 2025-2026*, o qual servirá de base para a formulação dos objetivos, metas e indicadores de desempenho do Plano de Ações e Metas.

Quadro 2: Lacunas e desafios identificados

Eixo Temático	Lacunas e Desafios Identificados
Eixo 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços	Baixa aplicação dos critérios de sustentabilidade nos instrumentos convocatórios Controle de estoque de materiais insuficiente Fragmentação das compras Ausência de sistema de monitoramento dos indicadores de consumo de insumos (água e papel) Consumo excessivo de energia elétrica em decorrência de sistemas elétricos e de climatização obsoletos
Eixo 2 – Gestão eficiente de resíduos gerados	Ausência de procedimento padronizado para descarte de resíduos eletrônicos Deficiência no acompanhamento do recolhimento dos resíduos sólidos
Eixo 3 – Racionalização da ocupação de espaços físicos	Ineficiência no uso dos espaços disponíveis Ausência de espaços exclusivos para uso de teletrabalho parcial (coworking) Gastos com alterações recorrentes de leiaute
Eixo 4 – Identificação dos	Dificuldade das equipes em identificar aspectos relacionados à sustentabilidade Baixa familiaridade com ferramentas que apoiam a identificação de produtos e serviços mais sustentáveis

objetos de menor impacto ambiental	Pouco conhecimento sobre rótulos e certificações passíveis de aplicação em compras públicas
Eixo 5 – Fomento à inovação	Carência de diálogo com o mercado fornecedor Baixo número de soluções inovadoras implementadas
Eixo 6 – Inclusão dos negócios de impacto nas contratações	Pouco conhecimento sobre a implementação prática de negócios de impacto nas contratações públicas Dificuldade em identificar processos e soluções que possam impactar e transformar a realidade socioeconômica de um público-alvo
Eixo 7 – Divulgação, Conscientização e Formação	Ausência de política de capacitação continuada focada na pauta Carência de uma política estruturada de comunicação socioambiental
Eixo 8 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Falta de política institucional de inclusão e combate ao capacitismo. Deficiência de acessibilidade arquitetônica. Falta de indicadores de satisfação e bem-estar.
Eixo 9 – Manutenção e preservação de áreas Verdes	Insuficiência de ações destinadas à manutenção das áreas verdes Insuficiência de espaços de convivência sustentáveis

5. Plano de Ações e Metas por Eixo Temático

O Plano de Ações e Metas, anexo a este documento, foi elaborado com base nas orientações do Caderno de Logística da Seges/MGI e nas lacunas identificadas no diagnóstico institucional. Sua estrutura está alinhada aos ciclos de monitoramento estratégico e aos princípios da governança pública sustentável.

As ações previstas no *MEC Sustentável 2025-2026* têm como propósito transformar boas práticas já existentes em políticas institucionais permanentes, fortalecendo a integração entre sustentabilidade, eficiência administrativa e inovação. Cada ação está acompanhada de indicadores de desempenho, metas progressivas e mecanismos de acompanhamento sistemático pela Comissão Gestora, assegurando a efetividade dos resultados e a melhoria contínua dos processos administrativos do MEC.

6. Implementação, Monitoramento e Avaliação

6.1. Vigência

O *MEC Sustentável* terá vigência de 12 meses, compreendendo o período de dezembro de 2025 a dezembro de 2026.

6.2. Implementação

A implementação do *MEC Sustentável 2025-2026* será conduzida de forma estruturada e transversal pelas unidades responsáveis elencadas no plano. Cada unidade executora será responsável por assegurar a execução tempestiva das iniciativas sob sua responsabilidade, bem

como pelo encaminhamento periódico dos resultados à Comissão Gestora, garantindo o alinhamento entre as ações e as metas do plano.

Caberá aos gestores das unidades participantes adequarem seus processos internos às diretrizes estabelecidas pelo *MEC Sustentável*, promovendo a integração entre as dimensões ambiental, social, econômica e administrativa. Essa articulação visa assegurar que o MEC consolide, de forma progressiva, as melhores práticas de sustentabilidade institucional, fortalecendo sua governança e ampliando os impactos positivos sobre a gestão pública e a sociedade.

6.3. Monitoramento e Avaliação

Para assegurar a efetividade das ações previstas no Plano de Ação, o monitoramento e a avaliação do *MEC Sustentável 2025-2026* serão conduzidos por uma comissão de monitoramento e avaliação, a ser instituída formalmente após a publicação do plano. A comissão será composta por representantes das unidades diretamente envolvidas na implementação e por integrantes do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Ifes, garantindo caráter técnico, colaborativo e participativo ao processo.

Sob o ponto de vista metodológico, será adotado o Ciclo PDCA (Planejar, Executar, Verificar e Agir), ferramenta de gestão que possibilita o acompanhamento contínuo da execução das metas, a identificação de desvios e gargalos e a implementação de ajustes corretivos em tempo hábil, consolidando os resultados e assegurando a melhoria contínua das práticas institucionais. Essa abordagem sistemática promove o aprendizado organizacional, a inovação nos processos administrativos e a sustentabilidade como valor permanente na gestão pública.

Considerando que a vigência do *MEC Sustentável* será de 12 meses, o cronograma de monitoramento será estruturado em três níveis complementares:

- **revisões mensais internas**, conduzidas pelas unidades executoras, com foco na aferição dos resultados parciais e no registro das ações em andamento;
- **reuniões trimestrais da Comissão Gestora e do Ifes**, destinadas à consolidação dos dados, análise comparativa dos indicadores, definição de medidas corretivas e elaboração de relatórios de progresso; e
- **avaliação anual de desempenho**, centrada no cumprimento das metas estabelecidas, na análise dos resultados e dos desafios enfrentados e na proposição de melhorias contínuas. O relatório anual de avaliação será submetido à Secretaria-Executiva do MEC para conhecimento e aprovação.

6.4. Relatório de Avaliação e Desempenho

A transparência será o princípio orientador de todo o processo de implementação e monitoramento do *MEC Sustentável*. Além da elaboração e publicação do relatório anual de avaliação, será desenvolvido e disponibilizado um painel interativo de acompanhamento dos

indicadores, que permitirá o monitoramento em tempo real, o controle social e o engajamento dos atores envolvidos e da sociedade.

O êxito da execução do *MEC Sustentável* dependerá da integração efetiva entre unidades administrativas, gestores e servidores, bem como da adoção de mecanismos de governança e gestão participativa que fortaleçam a responsabilidade institucional, incentivem a inovação e consolidem a sustentabilidade como princípio transversal das políticas, programas e processos do ministério.

A avaliação de desempenho será conduzida de forma contínua e sistemática, com base em indicadores de eficiência, economicidade e impacto socioambiental, assegurando que os resultados obtidos orientem decisões estratégicas e ajustes operacionais. Essa dinâmica permitirá ao MEC aperfeiçoar suas práticas de forma progressiva, consolidando um ciclo permanente de melhoria contínua, no qual os aprendizados de cada etapa subsidiarão as revisões periódicas do plano, garantindo sua efetividade e alinhamento às políticas públicas federais de sustentabilidade.

7. Conclusão

O *MEC Sustentável* tem como propósito consolidar, ampliar e institucionalizar boas práticas já existentes, transformando-as em políticas permanentes, dotadas de indicadores de desempenho claros, metas progressivas, mecanismos de governança e monitoramento sistemático. Concebido para firmar a sustentabilidade como eixo estratégico transversal à atuação ministerial, o Plano adota uma abordagem integrada e sistêmica, articulando as dimensões ambiental, social, econômica, de governança e de inclusão. Essa integração permite que princípios sustentáveis sejam incorporados às etapas de planejamento, aos processos de contratação, às operações logísticas, à gestão de pessoas e às rotinas administrativas, alinhando o MEC às melhores práticas nacionais e internacionais de sustentabilidade pública.

Ao promover a integração entre sustentabilidade e gestão pública, o plano busca posicionar o MEC como instituição de referência, capaz de aliar inovação, responsabilidade socioambiental, rigor técnico e eficiência administrativa. Mais do que induzir economicidade, racionalização de recursos e aprimoramento dos processos internos, o *MEC Sustentável* orienta a transformação organizacional com foco na tomada de decisão qualificada, no fortalecimento da integridade institucional, na promoção de ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos e na construção de valor público. Sua execução será pautada por mecanismos robustos de monitoramento, avaliação contínua, transparência ativa e gestão do desempenho, assegurando coerência entre metas e resultados, perenidade das ações e capacidade de adaptação às transformações tecnológicas, sociais e institucionais. Essa dinâmica permitirá ao MEC evoluir sistematicamente, consolidando uma cultura organizacional baseada na inovação, ética, diversidade, acessibilidade, eficiência e responsabilidade socioambiental.

Assim, o *MEC Sustentável* transcende a natureza de um plano setorial: representa um compromisso institucional de longo prazo, orientado para a modernização da gestão, o fortalecimento da governança e a criação de impactos positivos duradouros para o ministério e para seus trabalhadores. Trata-se de um instrumento estratégico que amplia a capacidade do MEC de gerar valor público, fortalecer políticas educacionais e contribuir para um futuro mais sustentável, justo e inovador.

8. Anexo

Eixo Temático	Diretriz Estratégica	OBJETIVO	AÇÃO		META		PRAZOS		Recursos Necessários	Riscos Envolvidos
		Descrição	Descrição	Responsável	Descrição	Indicador	Início	Final		
Eixo 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços	DE 1 – Promover contratações orientadas por critérios ambientais, fomentando a eficiência energética, a gestão de resíduos, a redução de emissões de gases de efeito estufa e o uso responsável de recursos	Identificar oportunidades de melhoria e promover o uso racional de insumos e recursos, reduzindo desperdícios e custos operacionais.	Elaborar metodologia e indicadores do painel	Comissão Gestora e Ifes	Implementar painel de monitoramento de consumo de energia elétrica, água, copos, papel e insumos diversos	Painel elaborado	dez/25	nov/26	Ferramentas de controle e automação de consumo; materiais de comunicação interna.	Resistência cultural; falhas na coleta de dados; indisponibilidade de sistemas.
		Promover a redução do consumo de materiais (copos descartáveis)	Distribuição de copos térmicos do Mec Sustentável (*)	SGA, CGLI e ACS	Reducir em 50% a aquisição de copos descartáveis	Percentual de redução de copos adquiridos (base 2024)	dez/25	nov/26	Ferramentas de controle; copos doados pela Receita Federal	Resistência dos usuários e falhas na coleta de dados
		Promover a redução do consumo de insumos administrativos (impressões)	Ampliar o controle eletrônico de impressões e promover campanhas de conscientização.	STIC	Reducir em 5% de impressões	Percentual de redução de consumo de papel (base 2024)	dez/25	nov/26	Ferramentas de controle; materiais de divulgação interna.	Resistência dos usuários e falhas na coleta de dados.
		Melhorar o conforto térmico e a eficiência energética do Ed. Anexo	Substituição completa do sistema de climatização e instalação de sistemas inteligentes de controle de temperatura.	SGA e Gerência de Projetos	Reducir em 20% o consumo de energia elétrica no Ed. Anexo	Consumo médio mensal de energia (kWh)	dez/25	ago/26	Recursos de investimento para modernização predial.	Atrasos em licitações e restrições orçamentárias.
Eixo 2 – Gestão eficiente de resíduos gerados	DE 3 – Fortalecer o Programa Coleta Seletiva Cidadã e ampliar ações de gestão de resíduos sólidos	Ampliar o uso de fontes renováveis de energia	Executar projeto de energia solar em parceria com Ifes.	Gerência de Projetos e Ifes	Instalar placas fotovoltaicas no ed. do Cetremec	Quantidade de energia gerada (kWh/mês)	dez/25	nov/26	Recursos orçamentários de investimento – TED já formalizado	Demora na homologação técnica e licenciamento.
		Melhorar o controle e a rastreabilidade da coleta seletiva do MEC	Desenvolver metodologia para o monitoramento e controle dos resíduos retirados pelas cooperativas	CGLI e Ifes	Modelo de monitoramento implementado	número de itens monitorados	dez/25	nov/26	Equipe técnica capacitada para elaboração	Dificuldade de integração dos dados e resistência à mudança.

		Aprimorar o gerenciamento, a destinação e o reaproveitamento de resíduos sólidos no MEC	Elaborar estudo para a implementar de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - Restaurante	CGLI e Ifes	Reaproveitar ou reciclar 30% dos resíduos sólidos não orgânicos.	Percentual de resíduos reaproveitados	dez/25	nov/26	Materiais de conscientização; treinamento	Baixa adesão das unidades
		Instalar novos coletores de lixo (orgânico e não-orgânico)	Adquirir novos coletores para as áreas externas e internas dos edifícios do MEC	CGLI e ACS	Substituir 70% dos coletores	Percentual de unidades com coleta seletiva	dez/25	mar/26	Coletores; materiais de comunicação visual;	Morosidade no processo licitatório
Eixo 3 – Racionalização da ocupação de espaços físicos	DE 4 – Planejar a ocupação dos espaços físicos com base em critérios de sustentabilidade ambiental, eficiência econômica e acessibilidade, assegurando que todas as dependências do MEC atendam às normas vigentes de acessibilidade e ergonomia.	Reducir o uso de desktop de trabalho remoto	Desativar o uso de desktop de trabalho remoto por estações virtualizadas (VDI).	STIC	Reducir em 50% o uso de desktop	Percentual VDI instalada	dez/25	nov/26	Treinamento; Instalação de VDI	Alto custo da VDI
		Readequar o uso dos espaços físicos administrativos dos Ed. Sede e Anexo	Desenvolver projetos e implementar a racionalização dos espaços dos Ed. Anexo e Sede, promovendo o uso do modelo de <i>open space e coworking</i>	SGA e Gerência de Projetos	Reducir em 15% a área ocupada por servidor	Relação m ² /servidor e adequações realizadas	dez/25	dez/26	Consultoria técnica; plantas e medições prediais.	Limitações estruturais e resistência das unidades
		Adequar os espaços de acessibilidade nas dependências MEC	Instalar piso tátil nas dependências do Ed. Anexo	SGA e Gerência de Projetos	Instalar 100% de piso tátil	Percentual de adequações às normas de acessibilidade	dez/25	ago/26	Piso tátil e materiais de comunicação visual;	Morosidade no processo de execução e aquisição
Eixo 4 – Objetos de menor impacto ambiental	DE 5 – Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para administração	Aumentar o conhecimento das unidades de compras acerca da identificação dos objetos de menor impacto ambiental	Levantar as experiências de outros órgãos na identificação de objetos de menor impacto ambiental.	Diretoria de Compras e Ifes	Realizar estudo comparativo sobre objetos de menor impacto ambiental	Estudo elaborado	dez/25	ago/26	Equipe técnica capacitada para elaboração	Dificuldade em levantar informações técnicas
	DE 6 – Prever, nas contratações e quando possível, margem de preferência para produtos e serviços nacionais que atendam normas técnicas brasileiras ou utilizem materiais	Aumentar o diálogo com o mercado fornecedor	Prever a realização de consultas públicas, pesquisa de mercado, estudo do processo produtivo, durante a elaboração dos termos de referência, visando conhecer opções de menor impacto ambiental.	Diretoria de Compras e Ifes	Elaborar manual com orientações para diálogos com o mercado fornecedor	Manual elaborado	dez/25	dez/26	Equipe técnica capacitada para elaboração	Dificuldade em levantar informações técnicas

	recicláveis, reciclados ou biodegradáveis.	Priorizar a aquisição de bens e serviços com menor impacto ambiental e maior eficiência energética	Atualizar especificações de aquisições de materiais, equipamentos de TIC e mobiliário	Diretoria de Compras e área demandante	Incluir critérios de sustentabilidade em 100% das licitações	Percentual de editais com critérios sustentáveis	dez/25	nov/26	Capacitação técnica em compras sustentáveis; ferramentas de análise de impacto	Desconhecimento técnico; baixa adesão de fornecedores.
Eixo 5 – Fomento à inovação	DE 7 – Incentivar a inovação e a adoção de melhores práticas nas contratações sustentáveis	Incentivar soluções tecnológicas e sustentáveis no mercado fornecedor.	Promover a inclusão de critérios de inovação verde nos termos de referência, estimulando a adoção de soluções tecnológicas sustentáveis nas contratações do MEC.	Diretoria de Compras e área demandante	Incluir cláusulas de inovação sustentável	Nº de contratações com cláusulas de inovação sustentável	dez/25	dez/26	Equipe técnica capacitada	Resistência de fornecedores tradicionais e impugnações por critérios mal definidos
	DE 8 – Facilitar o acesso às compras públicas para as médias, micro e pequenas empresas.	Facilitar o acesso às compras públicas para as médias, micro e pequenas empresas.	Incentivar as aquisições pelo Contrata + Brasil	Diretoria de Compras e Cetremec	Ampliar a participação de MEs e EPPs em 5%	Percentual de contratações com negócios de impacto; participação de MEs e EPPs	dez/25	dez/26	Capacitação técnica em compras sustentáveis; ferramentas de análise de impacto	Desconhecimento técnico; baixa adesão de fornecedores.
Eixo 6 – Fomento à inovação e inclusão de negócios de impacto nas contratações	DE 9 – Avaliar nos processos licitatórios, quando possível, a possibilidade de contratação de fornecedores que pratiquem critérios de responsabilidade social corporativa, de inclusão e apoio à diversidade, e de condições de gestão humanizada de seus colaboradores	Promover contratações inclusivas com foco em equidade e acessibilidade	Promover a inclusão de critérios objetivos de responsabilidade social e diversidade nos termos de referência, estimulando a adoção de práticas de inclusão e acessibilidade nas contratações do MEC	Diretoria de Compras e área demandante	Incluir cláusulas com foco em equidade e acessibilidade	Nº de contratações com cláusulas de inclusão	dez/25	dez/26	Equipe técnica capacitada	Resistência de fornecedores tradicionais e impugnações por critérios mal definidos
	Promover contratações com foco em impacto socioambiental	Promover contratações com foco em impacto socioambiental	Promover a inclusão de requisitos para a adoção de responsabilidade socioambiental nos termos de referência, estimulando a adoção de práticas socioambientais	Diretoria de Compras e área demandante	Incluir cláusulas com foco em práticas socioambientais	Nº de contratações com cláusulas de práticas socioambientais	dez/25	dez/26	Equipe técnica capacitada	Resistência de fornecedores tradicionais e impugnações por critérios mal definidos

Eixo 7 – Divulgação, conscientização e formação	DE 10 – Desenvolver campanhas educativas e ações de comunicação institucional sobre sustentabilidade e responsabilidade ambiental.	Identificar o grau de conscientização dos trabalhadores do MEC sobre os temas do MEC Sustentável, visando direcionar as ações de divulgação, conscientização e capacitação ao público e à realidade do ministério	Estruturar pesquisa a ser aplicada aos trabalhadores do MEC para apurar o grau de conscientização acerca dos temas que integram o MEC Sustentável	Cetremec e Ifes	Pesquisa aplicada e dados analisados	Pesquisa aplicada	dez/25	mar/26	Ferramenta de pesquisa, equipe de análise, tempo dos servidores	Baixa participação; dados imprecisos ou não representativos
		Criar peças e campanhas de comunicação do MEC Sustentável	Desenvolver e divulgar campanhas de comunicação institucional sobre sustentabilidade	ACS	Criar e divulgar campanha institucional	Campanha anual implementada	dez/25	dez/26	Designer e ferramentas de divulgação	Falta na distribuição e alcance das campanhas
	DE 11 – Promover capacitações e programas de sensibilização orientados para sustentabilidade e respeito a diversidade, priorizando ações formativas para equipes envolvidas em contratações e gestão logística, assegurando boas práticas e atualização contínua	Promover a conscientização e a capacitação de servidores em sustentabilidade e eficiência administrativa	Realizar eventos educativos sobre separação correta de resíduos sólidos	Cetremec	Realizar 12 eventos educativos (1 por secretaria) sobre de conscientização sobre resíduos sólidos	Número de eventos educativos e alcance do público interno	dez/25	nov/26	Materiais educativos; equipe de apoio interno	Baixo engajamento dos servidores
		Ofertar cursos específicos para as equipes de contratações e gestão logística	Realizar trilhas de capacitação em práticas sustentáveis	Cetremec e Ifes	Capacitar 80% dos servidores envolvidos em contratações e gestão logística sobre	Nº de servidores capacitados	dez/25	nov/26	Materiais de divulgação; instrutores internos	Baixa participação de servidores; limitação de tempo para capacitação
Eixo 8 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	DE 12 – Promover ações voltadas à qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho, visando assegurar condições adequadas de saúde ocupacional	Desenvolver estudos visando à institucionalização de Política de Inclusão e Acessibilidade	Elaborar estudo específico para institucionalização de Política de Inclusão e Acessibilidade	CGGP	Estudo e minuta de normativo elaborado	Estudo realizado	dez/25	ago/26	Equipe técnica capacitada; articulação com as unidades do MEC	Estudo com pouca aplicabilidade e aderência
	DE 13 – Incentivar práticas e hábitos saudáveis, como atividades físicas e integração em espaços de convivência sustentável	Fortalecer o Programa de Qualidade de vida no Trabalho do MEC	Executar as iniciativas do calendário anual do Programa de Qualidade de Vida – Dimensão de Saúde e Psicossocial	SGA e CGGP	Realizar 100% das iniciativas do calendário anual	Iniciativas executadas	dez/25	dez/26	Orçamento; parcerias externas e equipe de apoio interno	Baixo engajamento dos servidores; orçamento insuficiente

Eixo 9 – Manutenção e preservação de áreas verdes	DE 14 – Promover a preservação, recuperação e ampliação das áreas verdes sob responsabilidade do MEC, respeitando aspectos ecológicos, estéticos e sociais	Conservar e ampliar áreas verdes, promovendo ações de arborização	Executar programa de revitalização/ampliação das áreas verdes dos Edifícios Sede, Anexos e CNE	SGA e Gerência de Projetos	Revitalizar 100% das áreas verdes dos Edifícios Sede, Anexos e CNE	Dimensão em m ² de área verde recuperada ou ampliada	dez/25	nov/26	Recursos de manutenção; insumos de jardinagem; parcerias com órgãos ambientais	Falta de manutenção contínua; eventos climáticos adversos
---	--	---	--	----------------------------	--	---	--------	--------	--	---

(*) Os copos térmicos distribuídos no âmbito do MEC Sustentável foram destinados ao MEC pela Receita Federal do Brasil. A iniciativa integra a política de destinação sustentável de mercadorias apreendidas, contribuindo para o reaproveitamento de bens, a redução de resíduos e o fortalecimento de práticas alinhadas à sustentabilidade ambiental.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

